

**15 DE MARÇO DE 1877. — Carta de lei mandando proceder  
ao recenseamento**

Dom Luiz, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º Proceder-se-ha, pelo ministerio das obras publicas, commercio e industria, de dez em dez annos, ao recenseamento geral da população no reino e ilhas adjacentes.

§ unico. O primeiro recenseamento será feito no dia 31 de dezembro de 1877.

Art. 2.º É o governo auctorisado a despendar nas operações de recenseamento, a que se refere o § unico do artigo 1.º, até á somma de 30:000\$000 réis.

§ unico. O governo fará inserir nos orçamentos relativos aos annos, em que deverem ter logar os futuros recenseamentos, as sommas necessarias para este serviço.

Art. 3.º O governo decretará os regulamentos e instrucções indispensaveis para a execução d'esta lei.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrario.

Mandâmos portanto a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da refêrida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente, como n'ella se contém.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, e os ministros e secretarios d'estado dos negocios da fazenda e dos das obras publicas, commercio e industria, a façam imprimir, publicar e correr.

Dada no paço, aos 15 de março de 1877. = EL-REI, com rubrica e guarda. = *Marquez d'Avila e de Bolama* = *Carlos Bento da Silva* = *João Gualberto de Barros e Cunha*. = (Logar do sêllo grande das armas reaes.)

(Diario do governo de 24 de março de 1877, pag. 310.)